

STJ00098069

ANA ISABEL ROSA PAIS

Assistente convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

**O DIREITO PENAL INTERNACIONAL
E A RESPONSABILIDADE
DOS SUPERIORES HIERÁRQUICOS**



AB VNO AD OMNES

Coimbra Editora

STJ00098069

Título

O DIREITO PENAL INTERNACIONAL E A RESPONSABILIDADE
DOS SUPERIORES HIERÁRQUICOS

1.ª Edição, Abril 2013

Autor

ANA ISABEL ROSA PAIS

Editor



Coimbra Editora

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra
Telef. (+351) 239 852 650
Fax (+351) 239 852 651
www.coimbraeditora.pt
editorial@coimbraeditora.pt

Execução gráfica

Coimbra Editora, S.A.
Ladeira da Paula, 10
3040-574 Coimbra

ISBN 978-972-32-2127-5

Depósito Legal n.º 355 748/2013

Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação

PAIS, Ana Isabel

O Direito Penal Internacional
e a Responsabilidade dos Superiores Hierárquicos
ISBN 978-972-32-2127-5

CDU 341

Qualquer reprodução desta obra, total ou parcial, que não tenha sido previamente autorizada pelo Editor, pode constituir crime ou infração, puníveis nos termos da legislação aplicável.

979581

SIGLAS E ABREVIATURAS

- AJCL* — *American Journal of Comparative Law*
AJIL — *American Journal of International Law*
BFUDUC — *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*
BOA — *Boletim da Ordem dos Advogados*
CLF — *Criminal Law Forum*
 CP — Código Penal
 CRP — Constituição da República Portuguesa
 DUDH — Declaração Universal dos Direitos do Homem
GPL — *Global Policy Forum*
EJCCCLCJ — *European Journal of Crime, Criminal Law and Criminal Justice*
EJIL — *European Journal of International Law*
 ETPI — Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional
 ETPIJ — Estatuto do Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia
 ETPIR — Estatuto do Tribunal Penal Internacional para o Ruanda
ICLR — *International Criminal Law Review*
IRRC — *International Review of the Red Cross*
JICJ — *Journal of International Criminal Justice*
LJIL — *Leiden Journal of International Law*
MLR — *Military Law Review*
NILR — *Netherlands International Law Review*
 PACG I — Protocolo Adicional I de 1977 às Convenções de Genebra de 1949
RBCC — *Revista Brasileira de Ciências Criminais*
RDC — *Revista Direito e Cidadania*
RDJ — *Revista Direito e Justiça*
REP — *Revista de Estudos Políticos*
RIDP — *Revue Internationale de Droit Pénal*
RPCC — *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*
 TPI — Tribunal Penal Internacional (permanente)
 TPIJ — Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia
 TPIR — Tribunal Penal Internacional para o Ruanda

	Págs.
AGRADECIMENTOS.....	7
SIGLAS E ABREVIATURAS	11
INTRODUÇÃO	13

CAPÍTULO I

O DIREITO PENAL INTERNACIONAL: GÉNESE E PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO

§ 1. Uma questão prévia. Direito penal internacional e direito internacional penal: mais do que uma contenda terminológica, uma opção conceptual.....	17
§ 2. O direito penal das gentes: do <i>ius puniendi</i> estadual aos <i>delicta iuris gentium</i>	21
2.1. O auge da soberania estadual: o paradigma do Estado-Nação.....	24
2.2. O advento do paradigma comunitário: a universalidade dos direitos humanos e o direito penal humanitário	25

CAPÍTULO II

O ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

§ 1. Perspectiva histórica: de Nuremberga a A Haia	33
§ 2. O Tribunal Penal Internacional como “figura híbrida entre modelos”	40

CAPÍTULO III

A RESPONSABILIDADE SUPERIOR: UMA CRIAÇÃO JURÍDICA ORIGINAL DO DIREITO PENAL INTERNACIONAL

§ 1. A responsabilidade superior em sentido estrito	49
§ 2. A responsabilidade penal internacional do indivíduo e o actual desafio da responsabilidade superior	50

	Págs.
§ 3. A emergência do conceito e o seu florescimento.....	56
3.1. As origens da responsabilidade superior	56
3.2. Instrumentos normativos precursores	61
3.3. Sedimentação da responsabilidade superior e sua autonomização face ao contexto puramente militar	66
§ 4. A responsabilidade superior e o direito interno.....	69

CAPÍTULO IV

A RESPONSABILIDADE SUPERIOR NO ÂMBITO DO ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

§ 1. A natureza dogmática da responsabilidade superior: o problema	73
1.1. A responsabilidade superior como responsabilidade por omissão ..	75
1.2. A natureza da responsabilidade superior: do pós-guerra ao Estatuto de Roma.....	77
§ 2. A responsabilidade directa.....	79
2.1. As várias formas de responsabilidade criminal individual previstas no artigo 25.º do Estatuto de Roma	79
2.2. Confrontação entre as normas dos artigos 25.º e 28.º do Estatuto de Roma.....	84
2.3. A responsabilidade por participação no crime do subordinado	89
§ 3. A responsabilidade superior como responsabilidade indirecta	92
3.1. Imputação ao superior do crime cometido pelo subordinado?	92
3.2. Uma norma da Parte Geral? Rejeição do artigo 28.º do Estatuto de Roma enquanto cláusula específica de equiparação da omissão à acção.....	96
§ 4. Uma norma da Parte Especial? O artigo 28.º do Estatuto de Roma enquanto tipo incriminador autónomo.....	102
4.1. Um crime de omissão própria	102
4.2. O crime do subordinado como elemento de referência do crime do superior	104
4.3. O dever jurídico do superior	108

CAPÍTULO V

**O ARTIGO 28.º DO ESTATUTO DE ROMA: ANÁLISE
DOS PRESSUPOSTOS OBJECTIVOS E SUBJECTIVOS
COMO ELEMENTOS DE UM TIPO INCRIMINADOR**

	Págs.
§ 1. O tipo objectivo de ilícito.....	116
1.1. Existência de uma relação de subordinação.....	116
1.1.1. A posição de superior.....	117
1.1.2. Autoridade e controlo efectivos.....	120
1.2. A omissão do superior propriamente dita.....	125
1.2.1. Adopção das “medidas necessárias e adequadas ao seu alcance”.....	125
1.2.2. “Prevenir ou reprimir ou levar o assunto ao conhecimento das autoridades competentes”.....	128
1.2.3. O crime do subordinado: estágio de realização e forma do crime.....	131
1.2.4. Os crimes cometidos pelos subordinados como resultado da omissão do superior. Uma ideia de causalidade?.....	134
§ 2. O tipo subjectivo de ilícito.....	141
2.1. Objecto do conhecimento.....	145
2.2. Níveis de imputação subjectiva.....	146
2.2.1. Primeiro nível: “teve conhecimento”.....	146
2.2.2. Segundo nível: “deveria ter tido conhecimento”.....	148
2.2.3. Terceiro nível: “deliberadamente ter desconsiderado infor- mação que indicava claramente”.....	151
CONCLUSÕES.....	155
REFLEXÃO FINAL.....	161
BIBLIOGRAFIA.....	165
ANEXO — Lista de processos junto dos Tribunais Penais Internacionais.....	177